Cód. barras: STJ00094480 (2012)

SUMÁRIO

NOTA DO TRADUTOR À 2.ª EDIÇÃO 5
PREFÁCIO – André Luís Callegari 7
PRÓLOGO – Günther Jakobs 9
Capítulo I – O PRINCÍPIO DE CULPABILIDADE 13
I. Responsabilidade por culpabilidade *versus* responsabilidade pelo resultado 13
1. O problema: a harmonização entre culpabilidade e os fins da pena 13
2. Ponto de partida da solução: diferenciação entre defeitos cognitivos e volitivos 16
3. Contraposição: responsabilidade pelo resultado 18
II. Defeitos cognitivos 21
1. Falta de dolo 21
2. Desconhecimento da norma 24
3. Erro e indiferença 30
4. Excurso: tentativa 35
III. Defeitos volitivos 36
1. Falta de fidelidade ao ordenamento jurídico 36
2. Culpabilidade material 40
3. Questões pontuais. Direito positivo 45
4. Livre-arbítrio? 50
IV. Resumo 52
Capítulo II – O CONCEITO JURÍDICO-PENAL DE AÇÃO 53
I. O problema: ação – sociedade – direito penal 53
II. Responsabilidade por uma situação de fato, pelo resultado, pela pertença a um grupo social 56
III. A ação e o injusto 61
1. Causalismo 61
2. Finalismo: ação como expressão de sentido 64
3. Finalismo e imprudência 66
4. Necessidade de um esquema social de interpretação 68
5. Comissão e omissão 71

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

6. A expressão de sentido como não reconhecimento da vigência da norma ... 74
7. Não reconhecimento da vigência da norma e resultado externo 75
8. Objetivação da ação? ... 77
9. Injusto pessoal? ... 80
IV. A culpabilidade como pressuposto da ação ... 81
V. Sobre a materialidade do conceito de ação ... 85

Capítulo III – A PROIBIÇÃO DE REGRESSO NOS DELITOS DE RESULTADO ... 87
I. Esboço do problema ... 88
II. Crítica das propostas de solução existentes ... 92
1. Adequação social ... 92
2. Proibição de regresso ... 93
3. Princípio de confiança ... 103
4. Teoria da finalidade da norma ... 105
III. Causalidade e imputação ... 108
1. Fundamentos ... 108
2. Fórmulas ... 114
3. Exemplos ... 116
3.1 O âmbito da proibição de regresso ... 116
3.2 Ampliação ao dolo ... 118
3.3 O âmbito do "instrumento" não doloso ... 120
3.4 O âmbito do princípio de confiança ... 122
3.5 O âmbito da teoria da finalidade da norma ... 124

Capítulo IV – INCRIMINAÇÃO NO ESTADO PRÉVIO À LESÃO DE UM BEM JURÍDICO ... 130
I. A parte geral do problema ... 130
1. Panorama ... 130
2. Proteção de bens jurídicos versus cogitationes poenam nemo patitur ... 133
3. O significado do lado subjetivo ... 139
4. A necessidade de uma exteriorização ... 143
5. Padronização ... 151
6. Resumo ... 159
II. A parte especial do problema ... 159
1. Bens jurídicos antecipados ... 159
2. Injustos parciais ... 161
3. Um "clima" favorável ao direito como bem jurídico? ... 166
III. Direito penal do cidadão *versus* direito penal do inimigo ... 172
IV. Resumo ... 173

OUTRA OBRA DO AUTOR ... 175

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br